



Comissão deve analisar hoje ICMS sobre importados

Está na pauta da CAE o projeto que unifica o imposto em operações interestaduais para combater a guerra dos portos. O texto original, de Jucá, propõe a redução a zero do tributo, e o substitutivo de Eduardo Braga estabelece alíquota de 4%

De acordo com o relator, o substitutivo busca “um meio termo entre a necessidade do país de controlar a entrada indiscriminada de produtos estrangeiros e a possibilidade de permanência, ainda que residual, dos incentivos concedidos pelos estados à atividade de

importação”. Na quarta-feira, integrantes da comissão pediram vista do projeto. Estavam presentes à reunião os governadores de Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo, defendendo seus estados, que serão os maiores prejudicados com a uniformização do ICMS sobre importados. **3**

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Nubia de Souza, Sonia Maria, Carlos Moura, Paulo Paim, Richard Torsiano e Alfredo Almeida na audiência: direitos dos quilombolas

Militantes criticam ação contra quilombola

Em audiência ontem no Senado, os debatedores criticaram a ação direta de inconstitucionalidade (ADI), a ser julgada nesta semana pelo Supremo Tribunal Federal,

que questiona a regularização das terras de comunidades quilombolas, formadas por descendentes de escravos. Para eles, a ADI é uma “reação conservadora”. **8**

Especialistas veem falhas na saúde do DF 2

Sarney deixa UTI, mas segue internado 2

Reforma administrativa volta à pauta 3



Zaqueu Proença/Preitium de Sorocaba

Ciclovias da Avenida Arthur Fonseca, em Sorocaba (SP), cidade com a segunda maior rede de vias para bicicletas do país, atrás somente do Rio de Janeiro

Bicicletas tentam afirmar-se como alternativa para o trânsito urbano

Econômicas, não poluentes e praticamente imunes aos engarrafamentos das grandes cidades, as bicicletas são adequadas para percursos de até 10

quilômetros ou para complementar outros meios de transporte. Mas os riscos de dividir espaço com carros e motos inibem a massificação do seu uso. **4 e 5**



Jorge Woll/Agência Paraná

Muitos motoristas se recusam a soprar o bafômetro para não se incriminarem

Código Penal poderá admitir novas provas contra motorista alcoolizado 6

Crise do euro começa a se tornar política, diz sociólogo

As medidas adotadas em resposta à crise financeira na Europa têm motivado mudanças políticas no continente que podem fortalecer extremismos, alertou o

sociólogo Demétrio Magnoli, na CRE. Segundo ele, o Brasil “age como avestruz”, por não enfrentar as “causas estruturais” de sua falta de competitividade. **7**



José Cruz/Agência Senado

Antônio Alves, Padre Ton, Raupp, Vicentinho, Marcos Terena e Mário Theodoro: lamento pelo suicídio de indígenas

Sessão especial celebra Dia do Índio 8

Atenção primária, com fortalecimento do Programa Saúde da Família, pode ser a chave para melhorar o atendimento, segundo especialistas ouvidos ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional

Audiência aponta falhas na saúde do Distrito Federal

APESAR DE TER a maior renda *per capita* do país, o Distrito Federal e seu Entorno apresentam desempenho negativo na saúde pública. A precariedade foi analisada ontem, na terceira audiência pública que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fez sobre a região. A estruturação da atenção primária de saúde — baseada na atuação das equipes do Saúde da Família — pode ser a chave para desafogar e melhorar esse serviço.

Quem primeiro apontou essa saída foi o secretário de Saúde do Distrito Federal, Rafael Barbosa. Ele disse que, em 2011, o Programa Saúde da Família alcançou apenas 26%

da população, mas chegará a 50% este ano. A prioridade se justifica devido ao impacto na redução de atendimentos ambulatoriais e internações.

O coordenador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília (UnB), Márcio Florentino, ressaltou a necessidade de planejamento de ações integradas pelos municípios e considerou fundamental a população acompanhar a definição das políticas públicas e cobrar dos gestores sua implementação.

Obras de infraestrutura também foram reivindicadas. No Entorno do DF, segundo o superintendente executivo da Secretaria de Saúde de Goiás, Halim Girad, apenas 17% dos

municípios têm esgoto tratado.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) aguarda o PAC do Entorno, que deve injetar de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões no desenvolvimento da região. Na avaliação dele, o saneamento deve concentrar essas verbas e ajudar a aliviar a demanda sobre o sistema de saúde.

O presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Antonio Geraldo da Silva, considera equivocada a assistência à saúde mental prestada não só no Entorno do DF, mas em todo o país. Apesar de concordar com o fechamento de antigos hospitais psiquiátricos, ele acredita ser necessário priorizar o atendimento ambulatorial combinado com psicoterapia.



Rodrigo Rollemberg (3º à esq.) coordena os trabalhos da audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional

Ferraço pede novo certificado para entidade filantrópica



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) fez ontem apelo em favor do Hospital Santa Rita de Cássia, que atende pacientes com câncer em Vitória. Segundo ele, o certificado de filantropia do hospital, que garante isenção de impostos, foi suspenso pelo Ministério da Saúde por questões burocráticas. A suspensão pode gerar perda de receita e, com isso, comprometer a quantidade e a qualidade dos atendimentos.

Ferraço informou que a questão será definida nos próximos dias, por meio de consulta pública aberta pelo Ministério da Saúde para avaliar o trabalho prestado pela Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer (Afecc), responsável pelo hospital.

Randolfe cobra mais verbas para os hospitais públicos

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) cobrou ontem mais investimentos do governo em saúde, para cumprir o direito garantido na Constituição. Segundo o senador, a receita líquida do governo até agosto de 2011 cresceu R\$ 84,3 bilhões (aumento de 18,8% sobre o mesmo período de 2010), mas apenas 10% (ou R\$ 8,4 bilhões) foram aplicados em gastos sociais.

Esses números, disse o senador, resultam em dados não favoráveis apontados pelo Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde, que avalia o acesso à rede pública de saúde e foi divulgado pelo Ministério da Saúde em março. O índice apurou nota média de 5,47, em uma escala de 0 a 10.



Sarney deixa UTI e deve passar a semana em recuperação

O presidente do Senado, José Sarney, deixou ontem a unidade de terapia intensiva (UTI) do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, e foi transferido para a Unidade Crítica Cardiológica. O estado de saúde é estável, e ele deve passar a semana em recuperação, segundo

informou Roberto Kalil Filho, chefe da equipe médica.

Sarney foi internado sábado, após sentir dores na noite de sexta-feira. Foi submetido a cateterismo e a angioplastia com colocação de *stent*. A angioplastia é uma cirurgia específica para desobstruir artérias e os *stents* são com-

postos por pequenas estruturas tubulares que, quando implantadas, acabam por dilatar as artérias.

Ontem, Sarney recebeu visita do ex-presidente Lula, do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Gim Argello (PTB-DF).



Leopoldo Silva/Agência Senado

Os livros editados pelo Senado estão entre as atrações da 1ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura, aberta sábado passado na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, onde permanece até o dia 23. As publicações são organizadas pelo Conselho Editorial da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, que tem como objetivo revitalizar o acervo bibliográfico brasileiro com a edição de obras de caráter econômico, social, político e histórico sobre a realidade brasileira, divididas em coleções como *Legislação*, *O Brasil Visto por Estrangeiros*, *Coleção Ambiental*, *Coleção Direitos Sociais* e *História do Direito Brasileiro*, entre outras. A livraria pode ser visitada também pela internet: www.senado.gov.br/livraria.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Isenção de PIS-Pasep e Cofins

14h A pauta está trancada por dois projetos de lei de conversão, entre eles o que dá isenção fiscal a produtos destinados à pessoa com deficiência.

CMA Acesso a cadastros de consumo

8h30 O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, participa de audiência pública sobre o Plano Nacional de Contingenciamento. Após audiência, a comissão deverá votar projeto de lei que assegura ao consumidor o acesso gratuito, por meio da internet, às informações sobre ele arquivadas em cadastros de consumo. Às 14h, cerimônia de lançamento do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade pela CMA em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

CAS Reintegrações

9h Audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, que integra a Comissão de Assuntos Sociais, debate a reintegração de ex-funcionários do Banco do Brasil que aderiram a PDV e de ex-soldados especializados da Força Aérea Brasileira. Participa da audiência o presidente da Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea, Marcelo Lopes Costa, entre outros.

Aviação civil Eleição de vice-presidente

9h A Subcomissão Temporária da Aviação Civil, criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, discute em audiência políticas públicas para a aviação civil. O gerente-geral de Operações de Transportes Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Wagner William de Souza Moraes, é um dos convidados. Na reunião, será eleito o vice-presidente da subcomissão.

CAE ICMS em operações interestaduais

10h Entre os itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, está o projeto que amplia o prazo de isenção do Imposto de Renda sobre o ganho de capital na venda de imóvel residencial, caso o contribuinte adquira outro imóvel residencial. O primeiro item da pauta unifica as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com mercadorias importadas.

CE Proni

11h Análise do projeto que permite aos estudantes de cooperativas educacionais a participação no Programa Universidade para Todos (Proni) e da proposta que dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos públicos de educação infantil durante as férias escolares.

CDR Fundo do Distrito Federal

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa, entre outros, projeto que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal. Também serão votados requerimentos dos senadores.

CMMC Plano de trabalho

14h Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para deliberar sobre o plano de trabalho.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Alvaro Dias diz que julgamento do mensalão pelo Supremo será histórico

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que confia na imparcialidade e na competência dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para conduzir julgamentos polêmicos e complexos como o do mensalão.

— Esperamos que esse julgamento histórico possa revitalizar as esperanças do povo brasileiro de que é possível derrotar a impunidade. Depositamos nossa confiança no Supremo.

O parlamentar comentou



Alvaro Dias

notícias publicadas pela imprensa sobre uma suposta tentativa de integrantes do PT de pressionar os ministros do STF e evitar o julgamento ainda neste ano, que tem eleições municipais.

— Há os que afirmam, inclusive, que a iniciativa do líder do governo de propor a CPI do Cachoeira teve por objetivo desviar o foco, para que as atenções da sociedade não se voltem para esse julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal — disse.

Pedro Simon mostra preocupação com movimento para esvaziar CPI do Cachoeira

Pedro Simon (PMDB-RS) demonstrou ontem preocupação e desapontamento com um possível “esvaziamento” da chamada CPI do Cachoeira, cujo requerimento de criação ainda não foi lido em Plenário.

O senador disse que a vontade inicial de parlamentares da base governista em criar e instalar a comissão parece ter esmorecido. A proposta de criação da CPI surgiu após a operação Monte Carlo, da Polícia Federal, revelar a



Pedro Simon

ligação de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com políticos, entre eles o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

— O PT teria se arrependido [de criar a CPI], teria entendido agora que foi um exagero — afirmou.

Simon disse existirem boatos de que Cachoeira, preso em penitenciária federal em Mossoró (RN), teria “uma metralhadora giratória com gravações dos últimos anos”, o que estaria “deixando muita gente preocupada”.

Crescimento consistente diferencia Brasil dos demais emergentes, afirma Anibal

Ao apresentar números da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013, Anibal Diniz (PT-AC) disse ontem que o que diferencia o Brasil dos demais países emergentes é o crescimento sólido e consistente da economia, com distribuição de renda.

Segundo o senador, a LDO prevê “crescimento econômico moderado, mas constante”, até 2015. Ele disse que a previsão estima crescimento real do produto interno bruto



Anibal Diniz

(PIB) de 4,5% em 2012, 5,5% em 2013, 6% em 2014 e 5,5% em 2015. Anibal citou estimativa para salário mínimo: R\$ 803 em 2015.

O parlamentar destacou ainda o encontro da União Nacional dos Legisladores e dos Legislativos Estaduais, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, e repudiou nota do jornalista Ricardo Noblat que dizia ser o ex-presidente Lula, e não a presidente Dilma Rousseff, quem manda no governo federal.

Proposta que cria para todos os estados alíquota única do ICMS cobrado sobre produtos importados deve ser votada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos; pelo substitutivo, alíquota será de 4%

Comissão vota projeto que elimina guerra dos portos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje o projeto que unifica o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais com mercadorias importadas (PRS 72/10).

Na quarta passada, senadores da CAE pediram vista do substitutivo apresentado por Eduardo Braga (PMDB-AM).

O texto original, de Romero Jucá (PMDB-RR), propõe redução a zero do ICMS. O substitutivo de Braga, a 4%.

De acordo com Braga, a modificação foi feita para evitar a redução abrupta da alíquota para zero, de forma a alcançar “um meio termo entre a necessidade do país de controlar a entrada indiscriminada de produtos estrangeiros e a possibilidade de permanência, ainda que residual, dos incentivos concedidos pelos estados à atividade de importação”.

O substitutivo determina que a alíquota de 4% incidirá sobre bens e mercadorias importados que, após o seu desembarço aduaneiro, mesmo submetidos



Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, estado contrário à medida

a processo de industrialização, resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação superior a 40% e que sigam para outros estados.

Na reunião da quarta, os governadores Marconi Perillo (GO), Raimundo Colombo (SC) e Renato Casagrande (ES) defenderam os interesses de seus estados, que serão os maiores prejudicados com a uniformização do ICMS.

Na discussão do projeto, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou a uniformização das alíquotas interestaduais do

ICMS. Ele defendeu a desoneração do tributo também para produtos nacionais.

Segundo ele, a elevada carga tributária na indústria nacional — não só os incentivos concedidos a produtos importados — também é causa de perda de competitividade da indústria brasileira.

Luiz Henrique (PMDB-SC) sugeriu a implementação de algum mecanismo de compensação como forma de reduzir os prejuízos sofridos pelos três estados com a unificação do ICMS.

Pimentel defende compensação para estados prejudicados

O senador José Pimentel (PT-CE) defendeu a adoção de medidas compensatórias para equilibrar a receita de estados como Espírito Santo e Santa Catarina, os que mais se beneficiam com as alíquotas variáveis de ICMS sobre importados e os que mais serão prejudicados pela eventual nova norma.

O trabalhador da indústria da transformação, disse Pimentel, é a grande vítima desse processo, uma vez que o encolhimento do setor causado pela concorrência dos importados eliminou 900 mil empregos formais nos últimos dez anos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Vanessa, novo pacto federativo ajudará a reduzir desigualdades

A instalação, na semana passada, da comissão de especialistas para rediscutir o pacto federativo foi elogiada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— É uma nação que, desde o nascedouro, luta não só para manter, mas para fortalecer sua unidade federativa. Mas, se não prepararmos um arcabouço jurídico que propicie combater as desigualdades regionais que persistem ainda no país, não chegaremos a construir uma sociedade mais igual. É a unidade do país que se põe em risco quando as desigualdades viram marca profunda — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Malta lamenta apoio do governo federal à extinção do Fundap

Posições recentes do governo federal “contrárias a interesses do Espírito Santo”, na avaliação de Magno Malta (PR-ES), podem “aniquilar a carreira de muitos políticos petistas no estado”.

Segundo o senador, a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, não só concordaram com mudanças na distribuição dos royalties do petróleo, como apoiam projeto (PRS 72/10) que acaba com o Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), o que “quebrará” muitos municípios capixabas, com a perda de até R\$ 600 milhões para investimentos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Reforma administrativa do Senado segue na pauta da CCJ

O relator da proposta de reforma administrativa do Senado, Benedito de Lira (PP-AL), pressiona a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para votar o projeto amanhã. Há também um voto em separado do senador Ricardo

Ferraço (PMDB-ES), em que ele defende uma redução maior na estrutura.

Pelo relatório de Benedito, haveria, entre outras medidas, corte de 30% no número de terceirizados e possibilidade de nomeação de até 55

cargos em comissão (livre nomeação) por gabinete.

Ferraço também propõe redução de 30% nos terceirizados, mas a estrutura dos gabinetes seria mais enxuta. O número de funcionários comissionados seria de,

no máximo, 25, contra os atuais 79.

O senador pelo Espírito Santo defende ainda reavaliação das estruturas da Gráfica, da Informática, do Serviço Médico, da Biblioteca e da Comunicação.

A reforma foi proposta inicialmente em 2009 pelo presidente da Casa, José Sarney, que encomendou estudo à Fundação Getúlio Vargas. No mesmo ano, a Mesa apresentou o Projeto de Resolução (PRS) 96/09.

Alternativa saudável para complementar o percurso

A BICICLETA SE apresenta como alternativa não poluente e ainda traz o benefício à saúde decorrente da prática de atividade física. Porém, só é viável como transporte para percursos curtos ou médios, de até 10 quilômetros, e a topografia (subidas íngremes) e o clima (chuva, frio ou calor intensos) podem ser obstáculos. O ideal é que ela seja usada de forma complementar, integrada a ônibus e metrô, por exemplo. Vários metrô do país, como em São Paulo e no Distrito Federal, já aceitam o transporte de bicicletas, segundo regras específicas.

Essas iniciativas, no entanto, não permitem afirmar que a bicicleta tem vez na grande maioria das cidades brasileiras, onde não há sistemas de transporte público eficientes nem integrados e onde os perigos para ciclistas, que têm que dividir as ruas ocupadas com os veículos motorizados, inibem a massificação de seu uso. Para Eduardo Suplicy (PT-SP), entusiasta do transporte por bicicleta, as prefeituras, com o apoio das outras esferas de governo e do próprio Legislativo, devem incentivar o uso da bicicleta nas cidades e até no meio rural. O senador cita como bom exemplo grandes cidades na Europa e nos Estados Unidos que adotaram sistemas de empréstimo de bicicletas públicas.

— O governo municipal e

a iniciativa privada fizeram com que as bicicletas estivessem ao dispor da população em locais-chave. O cidadão pode, a preços módicos, usar a bicicleta pelo tempo necessário — explica.

O Rio de Janeiro tem sistema semelhante desde 2008, com interrupção entre julho e outubro de 2011. São Paulo deve adotar este ano.

Adaptação urbana

Suplicy também ressalta a necessidade de espaços para ciclovias e estacionamentos de bicicletas. Para isso, as prefeituras podem contar agora com o apoio da Lei 12.587, sancionada em janeiro, que estabelece diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU). Os modos de transporte não motorizados ganham prioridade sobre os motorizados, e o transporte público ganha prioridade sobre o transporte individual motorizado. Além disso, a PNMU estimula a redução dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e bens. Com força de lei, essas diretrizes dão segurança jurídica para que os municípios tomem medidas para priorizar o transporte em meios não motorizados e coletivos. Por outro lado, a lei permite que sejam contestados judicialmente ações e investimentos das prefeituras que contrariem esses princípios.

Ágeis e ecológicas, bicicletas buscam espaço nas cidades

André Falcão

O uso da bicicleta como alternativa viável de transporte, principalmente nas grandes cidades, tem sido pensado a partir de dois principais pontos de vista. O primeiro é da redução da poluição ambiental provocada pela emissão de gases dos motores, principalmente

os movidos a derivados de petróleo. O segundo é da mobilidade, ou seja, a capacidade de se deslocar em um tempo razoável em meio a engarrafamentos cada vez maiores, resultantes da prioridade ao transporte individual em detrimento de alternativas de transporte de massa.

Apesar da previsão no Código de Trânsito, a falta de uma estrutura viária própria e o não reconhecimento da bicicleta como veículo pelos motoristas tem gerado conflitos que demandam ações de fiscalização e educação nem sempre executadas pelas autoridades de trânsito.



Em Sorocaba (SP), a prefeitura colocou o plano cicloviário entre as prioridades e criou a segunda maior rede de ciclovias do país, atrás somente do Rio de Janeiro

De Nova York a Mauá, do Rio a São Paulo, elas avançam

Diversos países da Europa adotaram a bicicleta como alternativa para o tráfego nas cidades, motivados também pela questão ambiental e de promoção da saúde.

Uma experiência que tem se repetido pelo mundo são os sistemas de aluguel de bicicletas públicas, pelas quais se paga um preço baixo para percursos rápidos. Sistema como esse funciona no Rio de Janeiro com 600 bicicletas e outro será implantado, em breve, em São Paulo, com 3 mil.

Nova York também dá o exemplo. Em 2006, após fracassar com o pedágio urbano, a prefeitura iniciou um plano ousado. Em 2009, foram inaugurados 320

quilômetros de ciclovias e ciclofaixas, duplicando o número de ciclistas de 2006. Foram construídos 20 bicicletários públicos e 3 mil paraciclos. Um sistema de aluguel com 10 mil bicicletas e 600 estações deverá entrar em operação este ano.

Em Mauá, Região Metropolitana de São Paulo, há um bicicletário com 2 mil vagas junto à estação de trem. Ele é gerido pela Ascobike — Associação dos Condutores de Bicicletas de Mauá, ONG criada por um funcionário da companhia de trens. Além de estacionamento 24 horas, o bicicletário tem calibragem de pneus, oficina e até caixa de engraxate para os ciclistas limparem os sapatos.



Bicicletário em Mauá oferece estacionamento 24 horas e calibragem de pneus

Congresso tenta estímulos em leis e nos seus prédios

No Senado, a discussão sobre o uso da bicicleta nas cidades está inserida em um contexto mais amplo de transporte e infraestrutura, como o que antecedeu a aprovação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, no fim de 2011.

De Inácio Arruda (PCdoB-CE), o PLS 166/09 prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a redução a zero das alíquotas de contribuição do PIS-Pasep e da Cofins. A isenção de impostos também é tema do PL 412/09, de João Vicente Claudino (PTB-PI), para bicicletas adquiridas por agentes comunitários de saúde. Há ainda o PLC 74/08, do deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), que

suprime do Código de Trânsito Brasileiro a campanha e o espelho retrovisor como equipamentos obrigatórios para bicicletas.

O Senado e a Câmara também buscam oferecer condições para que servidores tenham na bicicleta uma alternativa de transporte. Em diversos locais do Congresso, foram instalados paraciclos, locais onde podem ser estacionadas bicicletas. No Senado, há vestiário e chuveiro na Unidade de Apoio 7, próxima ao terminal das vans de transporte interno. Na Câmara, também estão sendo implantados vestiários com armários próximos aos paraciclos e 54 servidores já se inscreveram para utilizar o serviço.

Normas de convivência no trânsito

O Código de Trânsito Brasileiro dispõe sobre as regras para circulação de veículos motorizados e não motorizados

- Para ter os mesmos direitos que um pedestre ao atravessar a faixa, desça da bicicleta e a empurre até o outro lado da pista**
- O ciclista deve seguir no sentido do fluxo dos carros. A regra é seguir sempre por ciclovias. Caso não haja, siga no acostamento, em cima da linha de bordo da pista, à direita**
- É proibido circular de bicicleta pelas calçadas, que são reservadas apenas a pedestres, salvo com indicação do Detran**
- A bicicleta é um veículo de propulsão humana, segundo o Detran. Isso significa que, diante de uma faixa de pedestre ou de um semáforo em cruzamentos, o ciclista deve parar também**
- O motorista deve dar a preferência aos ciclistas antes de fazer curvas à direita ou à esquerda**
- O motorista deve ultrapassar o ciclista a uma distância mínima de 1,5m, mesmo que precise diminuir a velocidade para invadir a pista ao lado e ultrapassar com segurança**

O perigo nas ruas

TOTAL DE ÓBITOS POR ACIDENTE DE TRANSPORTE TERRESTRE		MOTOCICLETAS		PEDESTRES	
2007	37.407	8.078	9.657		
2008	38.273	8.898	9.474		
2009	37.594	9.268	8.799		

AUTOMÓVEIS	CICLISTAS	TRANSPORTE PESADO	CAMINHONETES	OCUPANTE DE ÔNIBUS	TRICICLO	OUTROS
2007	7.982	1.649	767	291	183	8.760
2008	8.120	1.615	718	267	179	8.961
2009	8.133	1.573	753	305	177	8.548

Fonte: Ministério da Saúde

A disputa por um lugar no trânsito urbano

Na falta de espaços próprios para a circulação, o ciclista é obrigado a disputar espaço nas ruas com ônibus, caminhões, carros e motos. Somando a isso o fato de que a bicicleta não é vista como transporte pela maioria dos motoristas, chega-se a um resultado de conflito em que o lado mais frágil, o ciclista, tende a sair perdendo sempre.

Casos de acidentes fatais envolvendo ciclistas ou de conflitos explícitos estão sempre nos noticiários. Um deles, que teve repercussão internacional e também no Senado, foi o de um motorista de Porto Alegre que jogou o carro sobre dezenas de ciclistas que participavam de um evento em defesa do uso da bicicleta, em fevereiro de 2011. Segundo dados do Ministério da Saúde (veja gráfico), as mortes de ciclistas

no trânsito são um problema de escala menor que a morte de pedestres e motociclistas. Ainda assim, nos últimos três anos foram registrados cerca de quatro mortes de ciclistas por dia no país.

Conscientização

O atual Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em vigor há 15 anos, já prevê normas claras de convivência entre ciclistas e motoristas (veja infográfico). Ana Júlia Pinheiro, diretora da ONG Rodas da Paz, de Brasília, ressalta que o CTB reconhece a bicicleta como veículo, mas que “isso até hoje não repercutiu na oferta de estrutura que permita a circulação segura dos ciclistas”. Ela explica que uma das frentes de atuação da Rodas da Paz é a conscientização de motoristas para o convívio seguro com ciclistas.

São realizadas, por exemplo, ações com empresas de ônibus de Brasília em que os motoristas são convidados a pedalar e experimentar a diferença de poder entre o ônibus que dirige e a bicicleta.

A conscientização dos motoristas é um fator importante para diminuir acidentes. Ana Júlia aponta, no entanto, que há nas autoridades de trânsito uma tendência a culpar as vítimas ciclistas. Para ela, as campanhas educativas centradas nos motoristas e pedestres, por exemplo, demonstram a pouca importância atribuída aos ciclistas. Na avaliação dela, a questão da segurança vai além da estrutura viária: “Nos países em que o uso da bicicleta é difundido, a vida humana tem um valor maior e as relações humanas são mais equilibradas”, afirma.

Saiba mais

Rodas da Paz
<http://www.rodasdapaz.org.br>

Escola de Bicicleta
<http://www.escoladebicicleta.com.br>

Bicicletada
<http://bicicletada.org>

Bike Rio — aluguel de bicicletas no Rio de Janeiro
<http://www.mobilidade.com.br/bikerio.asp>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Proposta da comissão encarregada de sugerir mudanças ao Código Penal é semelhante a projeto aprovado semana passada pela Câmara

Juristas querem novos meios para atestar embriaguez de motoristas

A POSSIBILIDADE DE testemunhas comprovarem a embriaguez de um motorista ao volante no caso de acidentes fatais ou não foi aprovada ontem pela comissão de juristas criada pelo Senado para propor mudanças no Código Penal.

A ideia é permitir que a prova seja obtida por qualquer meio admitido pelo Direito quando alguém cometer um crime de trânsito e houver suspeita de embriaguez. Isso inclui testemunhos de particulares, de agentes de trânsito e da própria vítima, restando ao acusado o direito de se submeter ao teste do bafômetro ou a exame de sangue para demonstrar que não bebeu.

Pela proposta, o teste do etilômetro (bafômetro) e o exame de sangue, que não são obrigatórios — pois atentariam contra o direito do cidadão de não fornecer prova contra si mesmo — vão virar instrumentos de defesa.

A decisão é semelhante ao projeto (PLC 5.607/09) aprovado na semana passada pela Câmara. O texto amplia os meios de prova para a constatação de embriaguez ao volante e aumenta o valor da multa de R\$ 957 para R\$ 1.915.

Mas, enquanto o projeto da Câmara modifica o atual



Gilson Dipp e Luiz Carlos Gonçalves, presidente e relator da comissão: mais rigor nos crimes de trânsito

Mônica Kolme/Agência Senado

Código de Trânsito Brasileiro, a proposta dos juristas será incluída no anteprojeto do novo Código Penal.

No início de março, a comissão já havia aprovado a figura da culpa gravíssima, a ser aplicada a homicídios de trânsito cometidos por embriaguez, envolvimento em “rachas” ou excesso de velocidade. O motorista poderá ser punido com prisão de quatro a oito anos. Hoje, as mortes no trânsito costumam ser julgadas como homicídio culposo (sem intenção de matar), com pena de um a três anos.

Armas de fogo

A comissão também aprovou o aumento da pena mínima para o tráfico internacional

de armas de fogo. O Estatuto do Desarmamento prevê reclusão de quatro a oito anos, e os juristas sugeriram cinco a oito anos.

O colegiado decidiu ampliar, de 24 horas para 48 horas, o prazo para que o proprietário ou diretor de empresa privada de segurança comunique à Polícia Federal o extravio, a perda, o furto ou o roubo de armas de fogo e munições. A pena máxima pela falta ou pelo atraso na prestação dessa informação seria aumentada de dois para três anos.

Boa parte da reunião da comissão de juristas foi destinada a definir a pena para o crime de disparo de arma de fogo. Hoje, a pena é de reclusão de dois a quatro anos. A

proposta inicial era de reduzir a punição, passando para reclusão de seis meses a um ano. Alguns dos integrantes da comissão consideraram esse tempo pequeno.

— Se estamos punindo o porte de arma com reclusão de um a três anos, por que uma pena tão baixa para quem aperta o gatilho? — protestou o desembargador José Muiños Piñeiro Filho.

Ao final, ficou estabelecida a pena de reclusão de um a três anos. Idêntica, portanto, à pena de porte ou posse ilegal de arma de fogo de uso permitido e menor do que a pena atual para disparo.

Os trabalhos foram presididos pelo ministro do STJ Gilson Dipp.

Pena maior para consumidores de drogas gera polêmica

A proposta de agravamento da pena para o consumidor de drogas, também analisada ontem pela comissão, gerou polêmica entre os juristas. Eles analisaram a sugestão de adotar a prisão para o consumidor, em substituição às penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa, constantes da legislação atual.

Segundo o advogado Tiago Ivo Odon, há consenso entre profissionais ligados à área a favor de colocar o tráfico e o consumo no mesmo tipo penal. A saída para diferenciar

o consumidor do traficante seria na aplicação da pena, que varia de 4 a 15 anos de prisão na proposta examinada.

O advogado disse que, como não tinha opinião formada sobre o tema, ouviu juízes, promotores e delegados sobre a questão.

Para o jurista Técio Lins e Silva, no entanto, considerar a pena de prisão para o consumidor seria um retrocesso.

— Trazer consigo [a droga] não é tráfico. Vai na contramão do pensamento da civilização moderna. Com todo o respeito, essa proposta é inaceitável.

Por sua vez, o professor Luiz Flávio Gomes disse que a comissão poderia se inspirar na legislação portuguesa sobre o tema, que, segundo ele, serve de exemplo para toda a Europa.

Portugal descriminalizou o uso e o porte de drogas em pequenas quantidades em 2001. A pessoa flagrada nessas situações é encaminhada a uma comissão, que pode determinar a realização de tratamento, aplicar multa ou definir sanções alternativas, como proibição de exercer determinadas profissões.

A defensora pública Juliana Garcia Belloque disse que o tema é polêmico, mas concordou que a atual lei precisa ser aperfeiçoada. O tema voltará a ser debatido na reunião da próxima segunda-feira.

Cambistas

A comissão vai propor até dois anos de prisão para cambistas. E até três para o seu fornecedor. Tumulto em eventos esportivos poderá render pena de até dois anos de prisão. E para fraude em resultados esportivos, a pena proposta é de dois a cinco anos.

Paulo Freire se torna patrono da educação brasileira

O educador Paulo Freire (1921–1997) é oficialmente o patrono da educação brasileira. A homenagem, proposta pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP), foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff na sexta-feira (Lei 12.612/12).

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado aprovou o projeto em março.

Paulo Freire nasceu em Recife em 1921, em uma família de classe média. Formou-se em Direito, mas preferiu dar aulas de língua portuguesa em uma escola.

Em 1947, assumiu o cargo de diretor de Educação do Serviço Social da Indústria (Sesi), em Recife, quando passou a se interessar pela alfabetização de adultos.

No governo de João Goulart, coordenou o Plano Nacional de Alfabetização, com o objetivo de tirar 5 milhões de pessoas do analfabetismo. Seu método, conhecido como pedagogia da libertação, tinha como proposta uma educação crítica a serviço da transformação social.

Em 1964, depois da ascensão dos militares ao poder, Paulo Freire foi preso e exilado. Morou na Bolívia, no Chile, nos EUA e na Suíça. No Chile, em 1968, escreveu sua obra mais conhecida, *A Pedagogia do Oprimido*. Ao longo da década de 1970, desenvolveu atividades políticas e educacionais em diversos países da África, da Ásia e da Oceania. Só retornou ao Brasil em 1980, com a anistia.

Filiado ao PT, atuou no programa de alfabetização de adultos do partido. Em 1989, com a eleição de Erundina para a Prefeitura de São Paulo, foi secretário de Educação, cargo em que permaneceu até 1991. Freire morreu em 1997.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Vital cobra medidas urgentes contra seca no Nordeste

Vital do Rêgo (PMDB-PB) exigiu ontem ações imediatas do Senado, do governo federal e dos governadores do Nordeste contra os efeitos da seca na região. As medidas, segundo ele, devem ser tomadas antes que o quadro provocado pela estiagem chegue “ao caos e à irreversibilidade”. O senador disse que a seca tem prejudicado a subsistência das comunidades rurais.

— Como pecuaristas e agricultores vão angariar fundos para suprir suas necessidades? Só vão restar como consumidores os funcionários públicos, que ganham muito pouco ou quase nada, e os segurados do INSS, que, na sua maioria, já comprometeram o seu dinheiro com empréstimos consignados — disse.



Estiagem prejudica subsistência de comunidades rurais, diz senador

CPI da violência contra mulher realiza debate em Recife

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) que investiga a violência contra a mulher realizou ontem em Pernambuco audiência pública sobre o tema e sobre a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). O encontro aconteceu no auditório da assembleia legislativa, em Recife.

Segundo a assessoria de comunicação da relatora da CPI, senadora Ana Rita (PT-ES), que propôs a realização da audiência pública, participaram do evento representantes da sociedade civil, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública.

O estado foi escolhido para o debate por ser um dos que registram o maior número de casos de violência contra a mulher.

No plano de trabalho da comissão estão previstas visitas aos dez estados que registram os números mais elevados de casos de violência contra a mulher e aos quatro mais populosos do país.

Demétrio Magnoli diz, na Comissão de Relações Exteriores, que a crise na Europa nasceu financeira, mas começa a tornar-se política

Crise do euro pode fortalecer extremismo, afirma sociólogo

A CRISE DO euro, que nasceu financeira, começa a tornar-se política, alertou ontem o sociólogo Demétrio Magnoli em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo Magnoli, a crise pode levar ao fortalecimento dos extremismos de direita e de esquerda no continente.

A audiência foi dedicada a debater o tema “2012: um ano de crise no mundo”, dentro do ciclo de debates sobre a política externa brasileira.

As políticas deflacionárias e recessivas adotadas por diversos países europeus em resposta à crise, recordou o sociólogo, têm motivado grandes mudanças políticas no continente.

Na Grécia, informou, os dois mais tradicionais partidos políticos de centro-direita e de centro-esquerda, Nova Democracia e Pasok, contam somados com apenas 37% das intenções de voto para as próximas eleições.

A Espanha, prosseguiu, vive um momento de “forte instabilidade” política pouco depois da eleição de um novo governo, de centro-direita.

E, na França, os dois principais candidatos às eleições presidenciais — Nicolas Sarkozy, de centro-direita, e François Hollande, de centro-esquerda — estariam sendo levados a fazer discursos antieuropeus, sobre temas como protecionismo e o pacto fiscal da Europa.

— Depois das eleições, haverá um choque político. Os



José Ricardo Roriz Coelho, da Fiesp, senador Fernando Collor e sociólogo Demétrio Magnoli: 2012, um ano de crise

franceses terão um governo que será levado a adotar as políticas da zona do euro — previu Magnoli.

Tsunami monetário

A resposta do governo brasileiro à crise do euro, na opinião do sociólogo, limita-se à denúncia da existência de um “tsunami monetário”, que estaria sobrevalorizando as moedas de países em desenvolvimento a partir do excesso de liquidez internacional.

Ao adotar esse comportamento, observou, o Brasil “age como avestruz”, por não enfrentar as “causas estruturais” de sua falta de competitividade. Imaginar que as principais moedas voltarão a ter o valor que tiveram, alertou, é “um sonho de uma noite de verão”.

Além disso, assinalou o sociólogo, o Brasil tem deixado de dar a devida atenção às mudanças em curso na China, que não poderá mais contar com grandes exportações de seus produtos para os mercados dos Estados Unidos e da Europa, ambos afetados pela

crise econômica.

Em exposição na mesma audiência, o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz Coelho, apontou a existência de um “círculo vicioso recessivo” na zona do euro, motivado por uma política fiscal restritiva que leva à queda na atividade econômica e à redução da arrecadação fiscal, aumentando o déficit nas contas públicas e agravando o endividamento.

O baixo crescimento — estimado em 0,2% para este ano e 1% em 2013 — afetou os fluxos comerciais internacionais, observou o vice-presidente da Fiesp. A queda da demanda nos Estados Unidos e na Europa, lembrou, leva a um excesso de oferta de bens manufaturados nas economias líderes. E, visando ampliar suas exportações para o resto do mundo, esses países praticam política monetária expansionista, desvalorizando suas moedas.

— Esse é um dos grandes problemas que temos hoje. Além disso, o menor crescimento na

Ásia coloca em risco os preços das *commodities* — alertou Coelho.

Indústria brasileira

O vice-presidente da Fiesp observou que a participação da indústria de transformação no produto interno bruto (PIB) caiu nos últimos anos de 27% para 14%. Mas, para dobrar a renda *per capita* em 15 anos, a indústria de transformação deveria ter a sua participação elevada para 25% do PIB. Ele defendeu taxas de câmbio que “favoreçam a produção” e disse ver “com bons olhos” a discussão sobre a redução das taxas de juros.

Ao abordar as possíveis respostas do Brasil à crise econômica internacional, o presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), ressaltou que é “fácil entrar no protecionismo e difícil sair”. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que, apesar do decréscimo da participação da indústria no PIB, ela responde por 34% da arrecadação de impostos.

Paim defende enfoque social no processo de integração dos países do Mercosul

Apesar de a criação do Mercosul ter sido impulsionada por objetivos econômicos, o enfoque social é imprescindível ao processo de integração. Foi o que afirmou Paulo Paim (PT-RS), que tomará posse no dia 23 no Parlamento do Mercosul (Parlasul), em reunião que será realizada em Montevideu (Uruguai). O senador afirmou que o enfoque do seu mandato no bloco será na integração social e política dos países integrantes.

— Levo a vontade de acertar e muita determinação, para que o Mercosul abrace a questão social e as políticas de direitos humanos — disse.

Para Paim, além de garantir a circulação livre de bens, serviços e capitais, é preciso assegurar as condições para a livre circulação de pessoas

no bloco. O processo envolve a discussão de garantias trabalhistas e sociais, como os ligados à previdência. O senador também defendeu o aprofundamento dos mecanismos de participação da sociedade nas instituições. Como exemplo, citou as eleições para os representantes brasileiros do Parlasul, que deve acontecer em 2014.

— Quem é indicado só presta conta a quem o indicou — explicou o senador.

Paim citou editorial da revista *Istoé Dinheiro* sobre a necessidade de redução dos juros e elogiou o governo pela diminuição da Selic.

— O governo foi ao encontro dos anseios da imensa maioria dos brasileiros. Nesse ambiente, a era dos juros altos chegou ao seu limite — afirmou.

Plenário do Senado deve votar medida que reduziu, desde janeiro, tarifa de aeroportos

Foi incluído na ordem do dia projeto que diminuiu de 50% para 35,9% o adicional de tarifa aeroportuária (Ataero) incidente sobre as taxas cobradas das companhias aéreas e dos passageiros.

A redução vale desde janeiro e teve como objetivo aumentar a atratividade dos aeroportos concedidos à iniciativa privada em fevereiro.

A proposta é o Projeto de Lei de Conversão 8/12, oriundo da Medida Provisória 551/11.

O prazo de 45 dias para apreciação da matéria está esgotado e o de sua vigência foi prorrogado para 1º de maio, por ato do presidente da Mesa do Congresso, José Sarney.

O projeto foi lido ontem no Plenário por Alvaro Dias (PSDB-PR). A proposta foi aprovada na Câmara no dia

11, na forma de projeto de lei de conversão do relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA).

O impacto estimado para a Infraero, com a redução do Ataero, é de R\$ 614,4 milhões em 2012, R\$ 701,5 milhões em 2013 e de R\$ 801 milhões em 2014. O governo argumenta que isso será compensado com a arrecadação maior do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de empréstimos de pessoa física proporcionada pelo Decreto 7.458/11.

Como as tarifas continuaram iguais, na repartição sobrarão mais dinheiro para a empresa administradora dos aeroportos — seja a Infraero, na maior parte deles, sejam os consórcios vencedores dos aeroportos de Brasília, Guarulhos, Viracopos e de outros que serão licitados.

Em audiência no Senado, debatedores criticaram DEM (antigo PFL) por levar ao Supremo Tribunal Federal ação que questiona reconhecimento de terras ocupadas por descendentes de escravos

Ação contra quilombolas é “reação conservadora”

A AÇÃO DIRETA de inconstitucionalidade (ADI) contra o Decreto 4.887/03, que trata do reconhecimento das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, foi debatida ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Nessas comunidades rurais, vivem descendentes de escravos negros.

Para os expositores na CDH, a ADI é o resultado de uma “reação conservadora” contra direito constitucional conquistado pelo movimento negro durante a elaboração da Constituição de 1988.

Nessa ação, o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM), contesta no Supremo Tribunal Federal (STF) o decreto de 2003. Segundo o partido, o decreto

invade esfera reservada à lei e disciplina procedimentos que resultam em aumento de despesa para os cofres públicos.

O relator da matéria é o ministro Cezar Peluso, atual presidente do Supremo Tribunal Federal. O julgamento está previsto para amanhã.

— Essa reação ao Decreto 4.887/03 é, na verdade, um desrespeito à própria Constituição brasileira, na medida em que o ato apenas estabelece norma para que se aplique o dispositivo constitucional — argumentou Silvano Euclênio Silva, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social.

Silvano, que representou a ministra da pasta, Luiza Bairros, disse que interesses privados e, em parte, também relacionados a empreendimentos do próprio governo, se opõem aos direitos das

comunidades quilombolas. Ela destacou que, além da ADI, foi recentemente aprovada na Câmara dos Deputados proposta de emenda constitucional que dificulta demarcações de terras de comunidades tradicionais (PEC 215/00).

O presidente da Fundação Palmares, Eloi Ferreira de Araujo, salientou que a discussão aberta pela ADI em exame no STF já se encontraria superada. Conforme assinalou, o Decreto 4.887/03 foi recepcionado pelo Estatuto da Igualdade Racial, norma que aborda o tema das terras das comunidades quilombolas, funcionando como legislação regulamentadora.

Fernando Prioste, coordenador executivo da ONG Terra de Direitos, afirmou que o DEM tenta reverter uma perda que o partido teve com a Constituição de 1988.



José Cruz/Agência Senado

Comemorado a 19 de abril, Dia do Índio foi lembrado ontem pelo Senado

Em sessão pelo Dia do Índio, senadores alertam para suicídios

Vicentinho Alves (PR-TO) e Paulo Paim (PT-RS) alertaram ontem para o aumento de casos de suicídio de indígenas, durante sessão para celebrar o Dia do Índio, comemorado em 19 de abril.

Paim disse que, entre 2003 e 2010, apenas em Mato Grosso do Sul, 176 índios se suicidaram. O senador gaúcho atribuiu o aumento dos casos de suicídio à situação de violência a que estão submetidos esses povos. Ele lembrou que, no mesmo estado e período, foram assassinados 250 índios e ocorreram 190 tentativas de assassinatos.

Vicentinho pediu ao Executivo e ao Legislativo atenção à “tragédia do suicídio dos índios carajás”. O senador disse que álcool e drogas estão destruindo a paz da comunidade.

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que, a despeito de muitas dificuldades, “há fatos a comemorar”. Ele e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) citaram estudos que indicam aumento da população indígena.

— Eles congregam, no âmbito étnico-cultural, uma parcela absolutamente relevante da nossa diversidade — disse Raupp.

A senadora lembrou que, desde que a população indí-

gena passou a ser contabilizada nos censos, registrou-se significativo aumento no número dos que se declaram indígenas. Em 1991, eram 294 mil. Em 2000, 734 mil. E em 2010, 817 mil.

Autor do requerimento para a sessão, Vicentinho cobrou do governo federal a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

Ocas

Marcos Terena, professor de Conhecimento Tradicional e Espiritualidade na Cátedra Indígena Internacional, disse ter esperança de que os brasileiros aprendam muito com os índios. Ele anunciou a montagem de três ocas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho.

Uma será dedicada a temas como mudanças climáticas e erradicação da pobreza sob a óptica indígena. Segundo ele, pelo conceito de pobreza do índio, quem precisa andar em carro blindado, por exemplo, é considerado pobre. A segunda oca é a tradicional e vai levar à conferência os princípios da engenharia indígena. A terceira é tecnológica e transmitirá, ao vivo, conhecimentos indígenas para os países participantes.



Ivo Fonseca, Eloi Ferreira, Paulo Paim e Silvano Euclênio Silva: audiência discute ação em julgamento no Supremo

Regularização de terras é parte da dívida com negros

Os expositores da audiência defenderam que a regularização das terras ocupadas por descendentes de escravos é uma forma de pagar a dívida que o Estado tem com o negro.

Segundo o presidente da Fundação Palmares, Eloi Ferreira, a abolição da escravidão não incluiu o acesso à terra para os ex-escravos, em contraste com o tratamento dado aos imigrantes europeus.

— A lei não acomodava a inclusão da população de ex-escravos nas oportunidades de acesso aos bens econômicos e sociais do capitalismo — criticou.

Ferreira contestou informações de que os quilombolas estão recebendo “terras imensas”. Segundo ele, o total das áreas não chega a 1% dos cinco maiores latifúndios do país.

Ivo Fonseca, que lidera a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), disse que o povo negro sempre foi cerceado por uma “legislação racista”.

— Não podemos desistir de lutar contra o esforço dos que agem para que as comunidades fiquem de lado — disse.

Debatedores apontam pressão do agronegócio

Para o antropólogo Alfredo Wagner Almeida, as pressões a favor da ADI refletem o “momento de triunfalismo do agronegócio”.

— O pensamento conservador insiste em ver os quilombos como se estivéssemos no século 19 — disse ele, membro da Associação Brasileira de Antropologia e pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

O deputado federal Amauri Teixeira (PT-BA) afirmou que os ruralistas estão se sentindo “mais fortes do que nunca”, principalmente o que chamou de vitória esmagadora na aprovação do Código Florestal na Câmara.

— Eles estão dispostos a tirar direitos — disse.

Almeida classificou o decreto que trata das terras dos quilombolas como um “dispositivo tímido”, que não resolve integralmente o conflito social.

— O que mais me assusta é que, mesmo assim, querem acabar com esse instrumento. Por que ele incomoda, se não vem modificando nada na estrutura fundiária?

Viana afirma que filme *Xingu* é “justa homenagem” aos Villas Bôas

Jorge Viana (PT-AC) elogiou o filme *Xingu*, do diretor Cao Hamburger, que estreou no início deste mês e narra a luta dos irmãos Villas Bôas para criar o Parque Nacional do Xingu, na Amazônia. O parque abriga mais de uma dezena de etnias indígenas.

Viana parabenizou o cineasta, afirmando que o filme é “primoroso nos detalhes e na pesquisa histórica” e uma “justa homenagem aos irmãos Villas Bôas”.

— É um filme que certamente disputará os bons festivais mundo afora — disse.

Jorge Viana ainda rebateu



Jorge Viana

críticas feitas a ele pelo ex-secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente João Paulo Capobianco.

O ambientalista, em entrevista à revista *Época*, considerara insuficiente a atuação do senador como relator do projeto do novo Código Florestal.

— O senhor Capobianco não leu a proposta de Código Florestal que saiu do Senado, uma proposta suprapartidária, responsável e que tem lado: tem lado de fazer a defesa do meio ambiente, tem lado de considerar e respeitar os produtores e conciliar meio ambiente com produção.